



## **PARECER JURÍDICO Nº 51/2025**

### **Relatório**

O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, através de despacho verbal proferido na sessão do dia 16/06/2025, remeteu o Projeto de Lei nº 16/2025 que *"Dispõem sobre o Conselho Municipal de Saúde e a realização da Conferência Municipal de Saúde, e dá outras providências"*, para parecer da advocacia legislativa.

É o relatório.

### **Competência e Iniciativa**

Trata-se de PL que dispõe sobre a estrutura administrativa e o funcionamento do Poder Executivo. Sendo a matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, decorrente da CR. art. 61, § 1º, letras "a" e "b", reproduzido na CE. art. 66, I e IV e na Lei Orgânica art. 54, III e IV<sup>1</sup>.

### **Análise Jurídica**

A propositura visa promover alterações no Conselho Municipal de Saúde de Prado Ferreira. As razões para as pretendidas alterações podem ser conferidas na exposição de motivos, abaixo transcrita:

#### *EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS*

*Cumprimentando-os, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência e Nobres Vereadores, para apreciação dessa Casa de Leis, o presente Projeto de Lei que pretende alterar a estrutura organizacional, funções e responsabilidades do Conselho Municipal de Saúde (CMS) no Município de Prado Ferreira.*

*A alteração da estrutura organizacional do Conselho Municipal de Saúde (CMS) visa aprimorar a eficiência e a eficácia das ações desenvolvidas pelo Conselho,*

---

<sup>1</sup> LOM. Art. 54 Ressalvado o disposto nesta Lei Orgânica, compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que disponham sobre: III - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta do Município, ou aumento de sua remuneração; IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública Municipal;

CE Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

Rua São Paulo, nº 171 – F (43) – CEP 86.618-000

e-mail [camara@pradoferreira.pr.gov.br](mailto:camara@pradoferreira.pr.gov.br)

[www.cmpradoferreira.pr.gov.br](http://www.cmpradoferreira.pr.gov.br)

**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

*garantindo uma melhor articulação entre os diversos setores envolvidos na promoção da saúde pública.*

*A nova estrutura organizacional aumentará o número de conselheiros, a fim de abordar de maneira mais participativa e paritária, as diversas questões relacionadas à saúde no município.*

*Além disso, as funções e responsabilidades do Conselho Municipal de Saúde (CMS) serão redefinidas para assegurar uma maior transparência e participação da sociedade civil nas decisões relacionadas à saúde pública.*

*O Conselho Municipal de Saúde (CMS) terá a responsabilidade de formular políticas públicas, propor diretrizes e fiscalizar ações que visem o bem-estar e a proteção da saúde da população em todas as esferas da vida municipal.*

*A alteração do Conselho Municipal de Saúde (CMS) visa justamente ampliar o espaço de participação e diálogo entre o poder público, a sociedade civil e as organizações de saúde, para que juntos possam desenvolver estratégias e ações que promovam a igualdade e garantam os direitos dos usuários.*

*Portanto, considerando a relevância e a urgência de aprimorar a estrutura organizacional, funções e responsabilidades do Conselho Municipal de Saúde, bem como a necessidade de fortalecer mecanismos de participação e controle social, solicito o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste importante projeto de lei, que certamente contribuirá para o aprimoramento do serviço público essencial, em nosso município.*

A propositura possui o seguinte conteúdo:

*Capítulo I Dos Objetivos*

*Art. 1º – Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde, órgão permanente e deliberativo do Sistema Único de Saúde no âmbito do Município de Prado Ferreira, que tem por competência:*

*I. Cooperar na definição e planejamento das ações e serviços de saúde;*

*II. Formular em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde as estratégias para o controle e execução da política Municipal de Saúde;*

*III. Acompanhar, avaliar e colaborar na fiscalização dos serviços prestados a população pelos órgãos e entidades públicas e privadas, integrantes do SUS no âmbito do Município;*



**CÂMARA MUNICIPAL DE PRATO FERREIRA**

Rua São Paulo, nº 171 – F (43) – CEP 86.618-000

e-mail [camara@pradoferreira.pr.gov.br](mailto:camara@pradoferreira.pr.gov.br)

[www.cmpradoferreira.pr.gov.br](http://www.cmpradoferreira.pr.gov.br)

**PRATO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

---

*IV. Acompanhar a programação e a gestão financeira e orçamentária através do Fundo Municipal de Saúde;*

*V. Propor diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função de características epidemiológicas e da organização dos serviços;*

*VI. Aprovar o Plano Municipal de Saúde*

*VII. Anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;*

*VIII. Fortalecer a participação e o controle social no SUS mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;*

*IX. Elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;*

*X. Discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;*

*XI. Deliberar sobre os programas de saúde, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;*

*XII. Deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS; e*

*XIII. Acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias do Conselho de Saúde.*

*Capítulo II Da Organização*

*Art. 2º - O Conselho Municipal de Saúde, será composto de forma paritária, em conformidade com a Lei Federal n 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e Resolução nº 453 de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, e obedecerá à seguinte proporcionalidade:*

*I- Oito representantes de entidades de usuários dos serviços de saúde, sendo quatro titulares e quatro suplentes, eleitos dentre os segmentos populares;*

*II- Quatro representantes dos trabalhadores do serviço de saúde, dos conselhos de classes ou sindicatos dos servidores Municipais e ou Associações dos Servidores Municipais, sendo dois titulares e dois suplentes.*

*III- Dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde, sendo um titular e um suplente;*

*IV- Dois representantes de entidades prestadoras de serviços de saúde contratados ou conveniados com o*



**CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

Rua São Paulo, nº 171 – F (43) – CEP 86.618-000

e-mail [camara@pradoferreira.pr.gov.br](mailto:camara@pradoferreira.pr.gov.br)

[www.cmpradoferreira.pr.gov.br](http://www.cmpradoferreira.pr.gov.br)

**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

---

*SUS, no âmbito municipal, integrantes de hospitais, clínicas e outras instituições a fins, sendo um titular e um suplente.*

*Parágrafo Único. Na ausência de um número adequado de entidades conforme estipulado no inciso I deste artigo, será permitido o preenchimento das vagas por usuários representantes de entidades religiosas, ou ainda usuários com comprovado engajamento na comunidade.*

*Art. 3º – O presidente do Conselho Municipal de Saúde será eleito entre os seus membros.*

*Art. 4º – A eleição das entidades representantes de cada segmento que comporão como titulares e suplentes, dar-se-á durante a Conferência Municipal de Saúde, que ocorrerá a cada 02 anos.*

*§ 1º. Os representantes eleitos serão nomeados pelo Poder Executivo que, respeitando a indicação da entidade, homologará a eleição e os nomeará por Decreto, empossando-os em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da Conferência Municipal de Saúde.*

*§ 2º. Os representantes das entidades eleitas terão mandato de dois anos, podendo ser prorrogado.*

*§ 3º. As funções de membros do Conselho Municipal de Saúde não serão remuneradas, sendo o seu exercício considerado relevante serviço prestado à preservação da saúde da população;*

*Art. 5º. A Mesa Diretora será eleita diretamente pela Plenária do Conselho e será composta de:*

*I - Presidente;*

*II - Vice-Presidente;*

*III – Secretário;*

*IV - Vice-Secretário.*

**CAPÍTULO III Do Funcionamento e Convocação**

*Art. 6º. O Conselho Municipal de Saúde funcionará segundo o que disciplina o seu regimento interno e terá as seguintes normas gerais:*

*I - o órgão de deliberação máxima será a Plenária do Conselho;*

*II - a Plenária do Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria simples de seus membros;*

*III - o Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes, quando houver:*

*a) convocação formal da Mesa Diretora;*

*b) convocação formal de metade, mais um de seus membros titulares.*



**CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

Rua São Paulo, nº 171 – F (43) – CEP 86.618-000

e-mail [camara@pradoferreira.pr.gov.br](mailto:camara@pradoferreira.pr.gov.br)

[www.cmpradoferreira.pr.gov.br](http://www.cmpradoferreira.pr.gov.br)

**PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ**

---

*IV - cada membro do Conselho terá direito a um único voto na Plenária do Conselho;*

*V - as Plenárias do Conselho serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros que deliberarão pela maioria dos votos presentes;*

*VI - as decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em resolução, moção ou recomendação;*

*VII - a Mesa Diretora do Conselho poderá deliberar "ad referendum" da Plenária do Conselho.*

**CAPÍTULO IV Das Atribuições**

*Art. 7º - O Conselho Municipal de Saúde, é um colegiado em caráter permanente e deliberativo, composto por representantes da gestão municipal, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, tem as seguintes atribuições:*

*I- Planejar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde;*

*II- Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de saúde pública, filantrópico ou privado;*

*III- Definir prioridades de saúde, elaborar o Plano Municipal de Saúde e controlar sua execução;*

*IV- Definir critérios de qualidade para os serviços de Saúde oferecidos pelo Município;*

*V- Definir prioridades para as celebrações de contratos e convênio entre o setor público e entidades filantrópicas ou privadas;*

*VI- Participar da organização das Conferências Municipais de Saúde;*

*VII- Divulgar os indicadores de saúde da população;*

*VIII- Participar da formulação da política de recursos humanos do serviço municipal de saúde*

*IX- Sugerir prioridades de atuação nos ambientes de trabalho;*

*X- Estimular a participação popular;*

*XI- Estimular e acompanhar os programas de educação em saúde;*

*XII- Elaborar o seu regimento interno;*

*XIII- Definir o papel da Mesa Diretora*

*XIV- Apreciar e deliberar a incorporação ou exclusão ao Sistema Único de Saúde, de serviços filantrópicos, privados, de pessoas físicas, de acordo com as necessidades de assistência à população do respectivo Sistema local e da disponibilidade orçamentária, a partir de parecer informativo da sua Mesa Diretora;*

*XV- Constituir grupos técnicos e comissões, tantos quantos forem julgados necessários, para assessorar o Conselho em suas deliberações e informações.*



*Art. 7º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Conforme se observa o projeto de lei que concebe alterações e “Dispõem sobre o Conselho Municipal de Saúde e a realização da Conferência Municipal de Saúde, e dá outras providências” trata dos objetivos, da organização, do funcionamento e convocação e das atribuições do Conselho Municipal de Saúde e da Conferência Municipal de Saúde. Portanto, a proposição está em conformidade com os fundamentos constitucionais gerais que regulamentam o sistema único de saúde – SUS, a participação comunitária na gestão do SUS e as leis que regulamentam o financiamento da saúde pública no Brasil.

### **Estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro**

A propositura não cria despesas, razão pela qual são dispensáveis a declaração do ordenador de despesas e o estudo com a estimativa de impacto econômico-financeiro exigidos pelos incisos I e II da Lei Complementar nº 101/2000<sup>2</sup>.

### **Do Parecer das Comissões Permanentes**

A oitiva da demais Comissões é inicialmente atribuição da Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas.

### **Espécie Normativa ou Tipo Legal**

A matéria, objeto da proposta em análise não consta do rol do artigo 57, da Lei Orgânica do Município – LOM<sup>3</sup>, que trata das matérias que devem ser disciplinadas por Lei Complementar.

---

<sup>2</sup> LRF. Art. 16 A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: [\(Vide ADI 6357\)](#) I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

<sup>3</sup> LOM. Art. 57 Serão objeto de Leis Complementares, entre outras, as seguintes matérias: I – Código Tributário Municipal; II – Código de Posturas; III – Código de Obras ou de Edificações; IV – Código de Arruamento, Parcelamento e Zoneamento do Solo; VI – Plano Diretor; VI – Regime jurídico e estatuto dos servidores; Parágrafo Único – As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.





## **Do Quórum de Aprovação e Deliberação**

Nos termos do artigo 193, § 3º, inciso IV, do Regimento Interno<sup>4</sup> da Câmara Municipal de Prado Ferreira – Resolução nº 03 de 17 de novembro de 1997, a matéria contida no Projeto de Lei sob análise está sujeita a 02 (duas) votações e obtenção de maioria de votos para sua aprovação, ou seja, pelo menos de 5 (cinco) votos favoráveis<sup>5</sup>.

## **Publicidade**

Para dar cumprimento ao art. 166 c/c art. 212 do Regimento Interno, a Presidência da Câmara deve determinar a publicação da inclusão em pauta do presente Projeto de Lei no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, disponível também na versão online em <[www.diariomunicipal.com.br/amp/](http://www.diariomunicipal.com.br/amp/)>.

## **Conclusão**

Face ao exposto, esta advocacia legislativa opina pela constitucionalidade, legalidade e pela possibilidade jurídica da tramitação, discussão e deliberação do Projeto de Lei nº 16/2025.

É o parecer que, respeitosamente, submeto a superior apreciação da Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas.

Prado Ferreira, datado e assinado digitalmente.

---

<sup>4</sup> RI. Art. 193 – A deliberação se realiza através de votação. § 3º – Estão sujeitas a duas votações as seguintes proposições; IV – as leis complementares;

<sup>5</sup> RI. Art. 44 – As deliberações do Plenário, conforme determinações constitucionais, legais ou regimentais, serão tomadas por: I – maioria simples; II – maioria absoluta; III – maioria de dois terços. § 3º – As deliberações da Câmara e de suas Comissões, ressalvado o disposto nos parágrafos anteriores, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros;